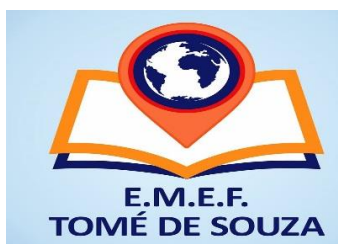


**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TOMÉ DE SOUZA**  
**SÃO JOSÉ DO HERVAL/ RS**



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**



**Tomé de Souza/2019**



**“Educar não é repetir palavras, é criar ideias, é encantar.”**

**(AUGUSTO CURY)**

## SUMÁRIO

<b>1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	4
<b>2 APRESENTAÇÃO</b>	5
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA</b>	6
3.1 Histórico	6
3.2 Estrutura	6
3.3 Organização pessoal e espacial	7
3.4 Dimensão financeira	8
<b>4 - MISSÃO E PRINCÍPIOS DA ESCOLA</b>	8
4.1 Filosofia da Escola	8
4.2 Objetivos e Princípios	8
4.3 Finalidades	9
<b>5- REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPÇÕES</b>	9
5.1 Concepção de mundo	10
5.2 Concepção de Homem	10
5.3 Concepção de Sociedade	11
5.4 Concepção de Educação	12
5.5 Concepção de aluno	13
5.6 Concepção de Aprendizagem	14
<b>6 CURRÍCULO</b>	14
6.1 Proposta curricular	15
6.2 O currículo e a Base Nacional Comum Curricular	16
<b>7 EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	19
<b>8 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b>	20
<b>9 TEMAS CONTEMPORÂNEOS</b>	22
<b>10 METODOLOGIA DE ENSINO</b>	23
<b>11 PLANEJAMENTO</b>	25
11.1 Objetivos do Planejamento	25
11.2 Atividades de Planejamento	26
11.3 Atividades e trabalho pedagógico	26
<b>12 NORMAS DE CONVIVÊNCIA DA COMUNIDADE ESCOLAR</b>	27
<b>13 AVALIAÇÃO</b>	27
<b>14 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	28

## **1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA**

1. Mantenedora: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
2. Instituição: Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza
3. Endereço: Linha São Cristóvão
4. Telefone: (54) 3325-1281
5. Data de Criação da Escola: Decreto nº02/71 Data:21/09/71
6. Nível de Ensino: Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)
7. Modalidade: Regular
8. Turno de Funcionamento: Manhã e Tarde
9. Secretaria Municipal de Educação: Micheli Formentão Rodrigues Vieira
10. Pedagoga Municipal: Mara Lucia Rodrigues Chiesa
11. Diretora: Celi Piva Chiesa
12. Vice-diretora: Ivette Dartora Pesatto
13. Redatoras: Valquiria Maia de Oliveira e Liamar Stela Bianchini

## 2 APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza tem a finalidade de explicitar a intenção de construção coletiva de uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente educadores, pais, estudantes e comunidade. A elaboração do PPP é uma necessidade, haja vista que toda escola precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social, renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura.

Este projeto é, além de um agrupamento de ideias, reflexões, situações e propostas, a escola refletida nas suas realidades, intenções e necessidades. É o projeto de uma construção de escola que estabelece sua forma de organização e especificamente a organização do trabalho pedagógico que tem por princípios a cidadania, a autonomia e a democracia.

O objetivo do Projeto Político-Pedagógico é fazer com que esse instrumento sirva para que ocorram mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem. A concepção fundamenta-se de que ele é a própria essência do trabalho que a escola desenvolve no âmbito de seu contexto histórico, o que significa a singularidade de cada projeto.

O processo desenvolvido coletivamente, envolvendo toda a comunidade escolar, resultou em um Projeto Político-Pedagógico, com uma contextualização atualizada, a construção de um referencial teórico, o estabelecimento de uma metodologia e metas e a produção da avaliação.

*“O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DEPENDE, SOBRETUDO, DA OUSADIA DOS SEUS AGENTES, DA OUSADIA DE CADA ESCOLA EM ASSUMIR-SE COMO TAL PARTINDO DA “CARA” QUE TEM, COM O SEU COTIDIANO E O SEU TEMPO – ESPAÇO, ISTO É, O CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE ELA SE INSERE. PROJETAR SIGNIFICA “LANÇAR-SE PARA A FRENTE”, ANTEVER UM FUTURO DIFERENTE DO PRESENTE PROJETO PRESSUPÕE UMA AÇÃO INTENCIONADA COM UM SENTIDO DEFINIDO, EXPLÍCITO, SOBRE O QUE SE QUER INOVAR”*

*MOACIR GADOTTI*

## **3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA**

### **3.1 Histórico da escola**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza, localizada na Linha São Cristóvão, em São José do Herval, foi criada em 1959, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 76 de 22 de junho de 1978, que a designou “Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Tomé de Souza”, sob a jurisdição da 25ª DE de Soledade. O nome Tomé de Souza foi sugerido pelo Prefeito de Fontoura Xavier, na época da regulamentação, em homenagem ao Governador geral do Brasil de 1549, “Tomé de Souza” que é considerado um vulto histórico do Brasil Colônia.

#### **Dados oficiais da escola:**

**Decreto de Criação:** Doc. Nº 02/71, de 21 de setembro de 1971.

**Decreto de Oficialização:** Dec.º 76/78, de 22 de junho de 1978.

**Portaria de regulamentação:** Port.º 21/514 de 04 de outubro de 1978.

Em 30 de agosto de 1999, através do Decreto 022/99, este estabelecimento de Ensino passou a ser denominado “**Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza**”.

### **3.2 Estrutura organizacional**

A escola que oferece o ensino fundamental completo, do 1º ao 9º ano, organizada em dois turnos, sendo que o 1º turno, cujo funcionamento é das 7h40min às 11h40min, atendendo aos alunos das séries finais do Ensino Fundamental e aos alunos do 1º ao 5º ano das séries iniciais, das 13h às 17h, atendendo aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental.

É oferecido no contraturno a todos os alunos que necessitam reforço escolar em todas as áreas do conhecimento e oficinas de matrícula facultativa de esporte e lazer, música e informática.

Ainda, aos alunos portadores de necessidades especiais há atendimento, também no contraturno, na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

A escola oferece o Ensino Fundamental, na forma presencial em regime anual, visando sua formação integral e terá duração de nove anos, com carga horária de 800 horas prevista na legislação vigente, incluindo 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula.

Com base na definição ampla e geral da escola, cabe destacar algumas constantes típicas de situações educacionais no nosso currículo:

- Enturmações de acordo com as necessidades;
- Correção de fluxo escolar;
- Acompanhamento, controle e avaliação do rendimento escolar;
- Sistemática de controle diário da frequência;
- Controle no abandono;
- Definição das metas de aprendizagem de 1ª a 9º ano;
- Competências e habilidades dos alunos.

### 3.3 Organização pessoal e espacial

A Escola Municipal Tomé de Souza conta com um quadro pessoal composto por 24 integrantes, sendo que destes um exerce a função de diretora, uma de vice-diretora, uma merendeira, 5 serviços gerais, 1 bibliotecária, 1 atendente de secretaria e 14 professores, sendo que destes apenas um exerce a função em turno integral.

Estruturalmente a instituição dispõe de:

Salas de Aula	09	Sala de Direção	01
Biblioteca	01	Sala Professores	01
Sala Informatizada	01	Quadra Esportiva fechada	01
Secretarias	01	Cozinha	01
Refeitório	01	Sala de atendimento psicológico	01
Sala de atendimento odontológico	01	Sala de jogos	01
Quadra esportiva aberta	01	Sala de oficina de espanhol	01
Auditório	01	Sala de televisão	01
Laboratório de ciências	01	Sala de AEE	01
Sala de coordenação	01	Rádio na escola	01
Sala de almoxarifado	03		

### **3.4 Dimensão financeira**

Os recursos financeiros da Escola são geridos por duas situações:

1º) ACPM– A Associação Comunitária de Pais e Mestres, entidade sem fins lucrativos, gerencia recursos provindos de: Doações; Promoções diversas e recursos provindos diretamente para a escola através dos Programas do Governo Federal (PDDE e outros programas).

2º) Entidade Mantenedora – O Município de São José do Herval é o órgão que atende as necessidades financeiras da Escola. Estes recursos chegam à escola através de requisições de materiais de expediente e ou reparos, bem como obras solicitadas pela equipe gestora da escola.

Outros recursos financeiros eventuais serão destinados de forma legal pela Entidade Mantenedora, dos quais serão feitas as prestações de contas forma conjunta entre a equipe gestora e a ACPM.

## **4 MISSÃO E PRINCÍPIOS DA ESCOLA**

### **4.1 FILOSOFIA DA ESCOLA**

*“Comprometer-se com as classes sociais, sendo sujeitos críticos, reflexivos, íntegro, consciente e responsável pelo o planeta em que vive”.*

### **4.2 Objetivos e princípios**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

A proposta é uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, visando também prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza defende os seguintes princípios:

- Respeito as individualidades;
- Desenvolvimento do espírito de solidariedade, cooperação e participação;
- Desenvolvimento da auto-estima;



- Desenvolvimento do espírito-crítico;
- Desenvolvimento da responsabilidade, autonomia, organização e limites;
  - Estimular a criatividade, o diálogo, a auto-confiança, a liberdade e a solidariedade humana.

#### **4.3 Finalidades**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza tem por finalidade atender o disposto nas Constituições Federal, Estadual e Municipal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, atender ao Ensino Fundamental, observadas, em cada nível, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

### **5 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPÇÕES**

Nosso projeto político pedagógico, ao ser traçado em pontos firmes, mas flexíveis, busca evitar uma diretividade exagerada, pois não pretende ser um projeto acabado e formalizado, mas estar aberto à criatividade de cada um para que possa planejar a dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com as solicitações de cada momento.

Os pressupostos e princípios desse projeto devem ser construídos com base nas experiências vividas, com os olhos atentos aos sinais dos tempos atuais e dirigidos a um futuro próximo ou remoto. Pretende ser criterioso onde o dizer e o fazer busquem os ecos da adequação e da coerência, num paradigma que acompanhe a ação de ser um educador da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza.

Há um alvo a ser alcançado: a universalização e a socialização do saber, das ciências, das letras, das artes, da política e da técnica. Mas há um ponto de partida que não pode ser esquecido: as experiências de vida e a realidade percebida por aqueles a quem ela deve educar. O objetivo deve ser o de elevar o nível de compreensão dessa realidade por parte do educando, que deve ultrapassar a percepção do senso comum. Em nosso projeto pedagógico, o homem deve ser visto numa totalidade dinâmica como um ser que integra os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos e cristãos. Uma pessoa com condições para a mudança, orientada para ser sujeito de sua educação.

## 5.1 Concepção de mundo

Esse princípio implica uma atitude de comprometimento com o universo, na preservação do mesmo, pelo o bem-estar de todos os que nele habitam, educando o ser humano como administrador do planeta.

## 5.2 Concepção de homem- que sujeitos queremos formar

O ser humano constitui-se em uma trama de relações sociais, à medida em que adquire o seu modo de ser, age no contexto das relações sociais nas quais vive, produz, consome e sobrevive. Com isso queremos dizer que cada um emerge no seu modo de ser um conjunto de relações sociais. São as ações, as reações, os modos de agir, as condutas normatizadas ou não, as censuras, as convivências sadias ou neuróticas, as relações de trabalho, de consumo, etc, que constituem *prática, social e historicamente* o ser humano.

Numa dimensão geral, o ser humano é o “conjunto das relações sociais” das quais participa de forma ativa. Ele é prático, ativo, uma vez que é pela ação que modifica o meio ambiente que o cerca, tornando-o satisfatório às suas necessidades; ele também caracteriza-se pela posse ou não dos meios sociais de produção, transformando a realidade e construindo a si mesmo no seio de relações sociais e determinadas.

Na sociedade moderna, o ser humano é um ser prático que age no contexto da trama das relações sociais desta sociedade, que em última instância, caracteriza-se pela posse ou não de meios sociais de produção.

Conseqüentemente, o ser humano é social, na medida em que vive e sobrevive socialmente. Vive articulado com o conjunto dos seres humanos de gerações passadas, presentes e futuras. Não se dá isoladamente. A sua prática é dimensionada por suas relações com os outros. Em síntese, o ser humano é ativo, vive determinadas relações sociais, de produção, num determinado momento do tempo. Como consequência disso, cada ser humano é propriamente o conjunto das relações sociais que vive de forma prática, social e histórica. (LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1993).

O corpo docente, diretores apontam os seguintes itens como destaque para os sujeitos que queremos formar:

- Sujeitos autônomos e éticos, familiarizados com o conhecimento e a cultura historicamente produzidos

- Sujeitos críticos, ativos e conscientes de que a educação é o único caminho para um futuro melhor.
- Sujeitos que não sejam passivos e alheios aos avanços da sociedade, mas capazes de transformar o meio e a realidade em que vivem.
- Sujeitos que com criatividade possam valorizar a vida, lutando pelos seus ideais.
- Sujeitos que se tornem cidadãos apropriando e aprimorando o conhecimento adquirido e que façam uso dele para o bem comum, percebendo nas relações sociais a aplicabilidade desse conhecimento.
- Sujeitos que saibam localizar-se no tempo, no espaço, na comunidade, no mundo percebendo a correlação dos saberes adquiridos.

### **5.3 Concepção de sociedade- que sociedade queremos para viver**

Uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser e viver que buscam a plenitude.

Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, em busca da plenitude, a sociedade está em constante mudança. Se os valores rompem o equilíbrio, começam a decair; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas, como esta não morre, novos valores começam a buscar a plenitude. Esse período chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa (atualmente estamos numa época de transição). Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos. (FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1979).

O corpo docente e os diretores apontam os seguintes itens como destaque na sociedade que queremos para viver:

- Uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.
- Uma sociedade que respeita a igualdade e a liberdade com responsabilidade, na qual as pessoas não percam a dignidade e que se tenha solidariedade, além de sensibilidade.
- Uma sociedade que atenda às necessidades básicas do cidadão, fazendo cumprir seus direitos de educação, saúde e lazer.
- Uma sociedade que mesmo diante das dificuldades, encontre soluções para a sua transformação, superando as desesperanças, decepções, corrupções e a desonestidade.

- Uma sociedade justa, onde possamos viver mais unidos e com menos desigualdades, o que só é possível tendo a educação como alicerce.
- Uma sociedade justa com igualdade para todos e não só para alguns privilegiados.
- Uma sociedade que priorize a liberdade, o respeito a legados culturais, morais e das relações humanas. Uma sociedade na qual o mundo do trabalho seja acessível tanto para a participação, quanto para a aquisição e administração dos meios de produção.
- Uma sociedade de paz, amor e respeito, sem vandalismo.
- Uma sociedade que possamos modificar aceitando as diferenças com humildade e com o dever de desenvolvermos um trabalho de conscientização e respeito mútuo.
- Uma sociedade que promova o ensino profissionalizante concomitante ao ensino médio, que possibilite a formação integral e democrática dos adolescentes.

#### **5.4 Concepção de educação – que educação queremos priorizar**

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos e significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria um processo de trabalho. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana, para que eles se tornem humanos e de outro lado, concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

A educação é uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. Ela preocupa-se com a identificação dos elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano e a descoberta das formas adequadas ao cumprimento desses objetivos.

A educação, segundo Saviani, é concebida como atividade mediadora no seio da prática social global e serve ao objetivo de “promover o homem”, isto é, tem o objetivo de possibilitar ao homem tornar-se cada vez mais um ser histórico-social consciente. E isso se dá sempre em função da formação de um determinado tipo de homem. Assim, a educação é sempre uma mediação valorativa, isto é, dirigida por valores, uma mediação que indica um determinado posicionamento. Não é, portanto, neutra.

Sendo assim, a educação que priorizamos deve:

- Distinguir entre essencial/fundamental e acidental/acessório, destacando a importância do clássico.

- Organizar os meios para se chegar à socialização do saber sistematizado, que é o papel principal da escola.

- Ser o lugar de escrever, ler, contar os rudimentos das ciências naturais e sociais.

- Dar vida e importância ao currículo, através do conjunto das atividades nucleares desenvolvidas na escola e definindo os elementos que compõem o processo de transmissão-assimilação dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos sistematizados.

O corpo docente, diretores apontam os seguintes itens como destaque para a educação que queremos priorizar:

- Uma educação que traga o equilíbrio entre o conhecimento, a razão e a emoção, valorizando o respeito mútuo, possibilitando condições do educando decidir, criar, entender, analisar e agir na sociedade, participando ativamente da mesma.

- Uma educação em que o aluno possa participar ativamente na sociedade.

- Uma educação formal e informal onde haja a experimentação e a sua aplicabilidade em todas as áreas do conhecimento.

- Uma educação que priorize a formação profissional, de saúde, de assistência social, cultura, lazer e esporte.

### **5.5 Concepção de aluno: Que aluno queremos desenvolver**

A Escola Tomé de Souza prisa por uma educação de qualidade que venha a atender a todos de forma justa e igualitária, garantindo a formação integral dos alunos na busca da formação de um ser atuante socialmente, agente de integração e transformações sociais, presente, criativo, responsável, reflexivo e empreendedor. Capaz de conviver com serenidade, participando no desenvolvimento e aperfeiçoamento do meio ambiente em que vive.

Ainda, que seja reconhecedor da importância do conhecimento como fonte de reflexão, criação e recriação, que tenha uma postura humana comprometida com o bem-estar geral e a ética.

Enfim, formar um cidadão universal, valorizador e admirador das múltiplas culturas, entendedor das dinâmicas das relações pessoais e sociais. Com senso de justiça e igualdade social, solidário e consciente do seu papel de cidadania participativa.

No ambiente escolar, espera-se estimular para que o aluno se torne protagonista do processo ensino-aprendizagem, posicionando-se com clareza e objetividade.

### **5.6 Concepção de aprendizagem**

Atualmente, baseamo-nos na ideia de que cada homem é sujeito e autor de seu próprio conhecimento, ou seja, cada homem interpreta o real à sua maneira, constituindo uma visão de mundo e concepções próprias. A base dessa construção, no entanto, não é solitária: faz-se no convívio e na interação do sujeito com o meio em que está inserido.

Desde o nascimento, cada indivíduo elabora seu conhecimento do mundo, construindo esquemas e estruturas de pensamento que o levarão a uma capacidade cada vez maior e mais sistemática para compreender e responder às demandas da realidade. Compreendemos, portanto, o desenvolvimento cognitivo como desenvolvimento global do indivíduo e não apenas intelectual.

Assim, podemos entender que o aluno aprende um conteúdo qualquer quando é capaz de adquirir significado, isto é, quando consegue estabelecer relações substanciais entre o que está aprendendo com o que já conhece, de modo que esse novo conhecimento seja assimilado aos seus esquemas para a compreensão da realidade e passa a ser utilizado como conhecimento prévio em novas aprendizagens.

Dessa forma, concebemos a aprendizagem como um processo de formação que se realiza através da aquisição de experiências vividas pelo aluno nos diversos espaços educativos a que tem acesso, na interação com o mundo e com as pessoas que fazem parte do seu universo cultural.

## **6. CURRÍCULO**

O currículo extrapola o “fazer” pedagógico abrangendo elementos como grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimento. É necessário resgatar os saberes que o aluno traz de seu cotidiano. Elencado o objeto do conhecimento, este não deve ser trabalhado de forma superficial e desvinculada da realidade. Está enraizada, em nossa ação pedagógica diária, uma metodologia tradicional que entende o conhecimento como um produto pronto para apenas ser repassado, considerando somente a interação unilateral entre professor e aluno. Todavia, é preciso que o objeto do conhecimento seja tratado por meio de um processo que considere a interação/ mediação entre educador - educando como uma via de “mão dupla” em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente. Só deste modo o currículo conseguirá alcançar seu real objetivo.

Para cumprir seu papel, de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho, como define a constituição e a LDB, ousamos construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso igualmente.

Refletimos sobre o desafio desta função, pois a missão de cada um é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

Sabendo que o termo pleno desenvolvimento significa cuidar não apenas da tarefa de ensinar os conteúdos clássicos, mas, de dar conta de outras dimensões que fazem parte de cada pessoa, um ser humano perfeito, completo e feliz. A escola busca através da coletividade da comunidade escolar caminhos para a realização desse desafio. Para isso a escola se volta não apenas para a transmissão do conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar, o individualismo de cada aluno e seu desempenho dentro do coletivo, entrando em questão as diferentes aprendizagens, ela divide responsabilidades que passam a ser assumidas de forma muito mais intensa e estabelece parcerias e novas possibilidades não construídas.

## **6.1 Proposta Curricular**

Visando o pleno desenvolvimento do educando preparando-os para o exercício da cidadania e para a qualificação profissional a Escola coloca como seus os princípios e fins da educação, expressos no artigo 2º da Lei nº. 9.394/96 e no artigo 3º apresentado a seguir:

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Valorização do profissional da educação escolar;
- Gestão democrática de ensino público, na formação desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- Garantia de padrão de trabalho;
- Valorização da experiência extra-escolar;

- Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

Os pressupostos teórico-metodológicos e a organização curricular dentro da contextualização da Escola buscam valorizar os temas transversais, a interdisciplinaridade, diminuir a distância entre as áreas de conhecimento e enfatizar as regras de convivência seguindo o Regimento Escolar da instituição, fazendo valer os valores eminentes dos princípios de Igualdade, participação e democratização do ensino, inovação, qualidade e eficácia dos nossos serviços.

## 6.2 O Currículo e a Base Nacional Curricular Comum

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências gerais**, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)).

É imprescindível destacar que as **competências gerais da BNCC**, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas



manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, participando de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos de forma harmônica e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

O Ensino Fundamental, de acordo com as áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, se organizará com base nas habilidades e competências definidas na BNCC, RCG e no

Documento Orientador do Território Municipal, conforme o que estabelece o artigo 20 da Resolução CEEEd nº 345/2018, que orienta a implementação do RCG:

a) A **área de Linguagens**, nos Anos Iniciais, é composta pelos seguintes componentes curriculares: **Língua Portuguesa, Arte e Educação Física, e nos Anos Finais, com o acréscimo da Língua Inglesa**. A finalidade é proporcionar aos estudantes a participação práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam a possibilidade de interação e de expressão de valores, sentimentos, ideologias, ampliando também suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil;

b) A **Matemática** como componente curricular específico da Área do Conhecimento Matemático, abrange os diferentes campos que a compõe, práticas, conceitos, processos e formas de pensar, que se mantém em construção ao longo da história. O conhecimento matemático reúne um conjunto de ideias fundamentais que se articulam entre si, perpassando e integrando todas as unidades temáticas, destacando-se a interdependência, a representação, a variação e a aproximação, que segundo a BNCC são ideias importantes para o desenvolvimento, podendo se converter, na escola, em objetos do conhecimento, estabelecendo conexões naturais tanto entre os objetos do conhecimento matemático, como entre as temáticas que contextualizam o currículo escolar. Nessa perspectiva, as unidades temáticas se apresentam correlacionadas e orientam a formulação das habilidades a serem desenvolvidas ano a ano do Ensino Fundamental, permitindo o desenvolvimento humano integral do sujeito;

c) Na área de **Ciências da Natureza**, o currículo traz uma proposta de concepção do conhecimento contextualizado na realidade local, social e individual do estudante, este é visto como um ser investigativo, capaz de criar hipóteses e desenvolver soluções, inclusive tecnológicas;

d) O **Ensino Religioso**, reconhecido como parte integrante da formação básica do estudante, tem sua posição demarcada no currículo do Ensino Fundamental, seja componente curricular ou área do conhecimento, definição a ser feita pelo CNE, pela obrigatoriedade de sua oferta pelas instituições de ensino, tem por objetivo investigar os fenômenos religiosos, que em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade, em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte, alicerçando sentidos e significados, em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais;

e) As disciplinas **de História e Geografia** constituem no Ensino Fundamental a **área de Ciências Humanas**, cujo objetivo é oportunizar conhecimentos, competências e habilidades que serão mobilizados na resolução de problemas complexos, que ocorrem em sociedade e no mundo em transformação, a partir da perspectiva do desenvolvimento da autonomia, dos valores, da criatividade e do pensamento crítico.

O currículo será consolidado mediante a elaboração dos Planos de Estudos para o Ensino Fundamental, o qual serão considerados como anexos a este PPP quanto a organização curricular da escola, explicitando as temáticas, objetos, habilidades e da amplitude e profundidade com que serão desenvolvidos em cada área de conhecimento e componente curricular, seguindo as diretrizes estabelecidas na BNCC, RCG e no Documento Orientador do Território Municipal.

## **7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação inclusiva deve ser realizada sob uma ação e uma abordagem humanística e democrática. É uma reestruturação da prática e das políticas educacionais vivenciadas nas instituições de ensino de forma que estas respondam à diversidade de alunos.

Busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os sujeitos - alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a inserção social, a aprendizagem e o desenvolvimento social. Logo, o ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, visto que, este é, desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com algumas deficiências – fora do ensino regular – baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares.

A educação inclusiva é uma prática pedagógica dinâmica e flexível, significativa na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Entretanto, para que a escola se torne inclusiva são necessárias: mudança de mentalidade de toda equipe nela inserida, adaptações de conteúdo, metodologias adequadas, recursos humanos e físicos que deem suportes para atender essa demanda.

Esses conteúdos foram aprofundados e divulgados com a Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (Brasil, 1994), que traz importante modificação nos objetivos e formas de atendimento na educação especial. A meta é incluir todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no Ensino Regular (Brasil, 1994, pp. 17 e 18).

Nessa linha de ação surge o conceito de “necessidades educacionais especiais”, que se refere a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de suas capacidades ou de suas dificuldades de aprendizagem e tem, portanto, necessidades educacionais especiais ou diferenciadas em algum momento de sua escolaridade. Assim, os desafios que enfrentam as escolas, é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança (Brasil, 1994, p. 17-18).

O movimento de inclusão considera uma política pública que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e estrutura de funcionamento educativo, e diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum. O conceito de inclusão aponta a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade. Isso implica em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do humano e, sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar.

Em discussão passa necessidade pela reflexão sobre os conceitos historicamente construídos acerca dos alunos com deficiências, cristalizados no imaginário social e expressos na prática pedagógica centrada na limitação, nos obstáculos e nas dificuldades, que se encontram, muitas vezes, ainda presentes na escola.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sócio cultural que procura enfatizar formas de interação positiva, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar. Neste sentido, é importante que também recursos físicos de adaptação e adequação dos espaços, e humanos com especialistas das diversas áreas estejam bem próximos a escola para que a inclusão aconteça de fato.

Quanto à avaliação na escola inclusiva, ela deve ser elaborada planejada para todos de maneira com que o aluno possa demonstrar o que aprendeu de acordo com suas potencialidades verbalmente, por escrito, através de atos ou atitudes.

## **8. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

A Constituição Federal, em especial nos Art. 3º inciso IV, Art. 210 § 2º, Art. 215 § 1º, Art. 216 V § 5º e Art. 231; na Constituição Estadual, prioritariamente nos Art. 221, Art. 264 e Art. 265, traz em seu texto os deveres da República Federativa do Brasil enquanto Estado Laico e combatente de toda forma de discriminação ou preconceito, no intuito de promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória em todo o seu território. As Lei 10.639/ 03, e a

11.645/08 que alteraram a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduzindo os artigos 26-A e 79-B, determinando a inclusão da temática: História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, no currículo das Escolas Públicas e Privadas. E ainda, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação, bem como a Resolução 267/09 do Conselho Estadual de Educação, que estabelecem normas a serem observadas para cumprimento da referida Lei nos Sistemas de Ensino.

Nesta mesma direção, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei Nº13.005 de 25/06/2014 e Plano Estadual de Educação - PEE Lei Nº 14.705, de 25/06/2015, assim como o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/17, vêm na lógica de estabelecer orientações acerca das obrigações e competências administrativas e metodológicas da aplicabilidade do conteúdo descrito nas referidas normativas legais

No entanto, de nada adianta o extenso material legal que sustenta a obrigatoriedade do tema da Educação das Relações Étnico-raciais no currículo das escolas em todos os níveis e modalidades da Educação brasileira, sem o entendimento da adequada forma que o referido tema deve ser tratado nos mesmos, bem como nas práticas metodológicas e cotidianas das escolas.

Sobre esta questão, ainda, há obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro brasileira, africana e indígena na educação básica. (Leis 10639/03 e 11645/08, Instrução 017/06- SUED/SEED, Deliberação 04/06 CEE). Logo, o Projeto Político Pedagógico deve garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple ao longo do ano letivo a educação das relações Étnico-Raciais e o ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Africana, ao lado das indígenas, na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.

Combater o preconceito e outras condutas discriminatórias não deve ser compreendida como tarefa exclusiva da escola, mas sim de toda a sociedade. É inegável que pela escola passaram estudos equivocados sobre as produções teóricas, artísticas e políticas realizadas pelo povo negro/indígena. A valorização da identidade negra/indígena e da importância de uma educação que não negue a participação histórica do povo negro para a construção de uma sociedade.

Logo, a transformação desse processo está centrada no reconhecimento da diversidade, da vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade.

## 9. TEMAS CONTEMPORÂNEOS

O compromisso com a construção do sujeito integral implica, necessariamente, uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que são incorporadas como Temas Transversais questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Educação Alimentar e Nutricional, da Saúde e da Orientação Sexual e as Transformações da Tecnologia no Século XXI. Esses, entre outros que constituam a formação integral dos sujeitos, corroborando com as premissas dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Isso não significa que tenham que ser criadas novas áreas ou disciplinas. Pelo contrário, tais temáticas precisam ser incorporadas nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que garante a transversalidade. O desafio que se apresenta para as escolas é justamente a amplitude do trabalho pedagógico com foco nas problemáticas sociais que o contexto escolar apresenta.

Este documento não tem a intencionalidade de conceituar cada um dos temas apresentados, mas traz à pauta que a inclusão de questões sociais no contexto escolar não é uma preocupação inédita e precisa ser transversal ao currículo, contemplando sua complexidade e sua dinâmica. Assim, o currículo é enriquecido através da flexibilidade e abertura proporcionada, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e, inclusive, outros temas podem ser incluídos.

Os temas contemporâneos, por tratarem de questões sociais, têm natureza diferente das áreas. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los necessitando de planejamento articulado. Ao contrário, tais problemáticas atravessam os diferentes campos do conhecimento. É no contexto escolar que a integração, a extensão e a profundidade do trabalho podem acontecer em diferentes projetos pedagógicos. Isso se efetiva mediante a organização didática eleita pela escola de acordo com as prioridades e relevâncias locais.

Nesse sentido, a proposta de transversalidade aos temas contemporâneos traz a necessidade de diálogos em que a escola assuma reflexões e que atue de forma a garantir a perspectiva político-social no direcionamento do trabalho pedagógico.

As inclusões dessas temáticas implicam necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, possibilitando a articulação das competências gerais da BNCC, das competências das áreas do conhecimento e das habilidades apresentadas na extensão deste documento. Na prática pedagógica, a interdisciplinaridade e a transversalidade estão intimamente ligadas, pois as

questões trazidas pelos temas contemporâneos são articuladas entre os objetos de conhecimento. Dessa forma, não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade em uma perspectiva disciplinar rígida.

Tanto a transversalidade quanto a interdisciplinaridade promovem uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, afastando as dicotomias.

Se por um lado, tais temáticas possibilitam que as equipes pedagógicas façam novas conexões entre elas e as áreas e/ou outros temas, permitindo um trabalho didático que viabilize a reflexão e planejamento articulado, considerando a especificação dos objetos de aprendizagem aos temas; por outro lado, esses temas também exigem dos educadores preparo para o desenvolvimento dos projetos em sala de aula.

Portanto, a construção curricular nas escolas contempla a aproximação das áreas do conhecimento aos temas contemporâneos que fazem parte da realidade global e local dos sujeitos engendrados no contexto escolar. Assim, a transversalidade possibilita aos profissionais da educação o desenvolvimento do fazer pedagógico com uma abordagem mais dinâmica e menos imperativa ou ortodoxa.

No município buscamos trabalhar em parceria com empresas, pessoas físicas e outras secretarias municipais, objetivando desenvolver os temas transversais com eficiência, dentre alguns temas abordamos as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Educação Alimentar e Nutricional, da Saúde e da Orientação Sexual.

## **10 METODOLOGIA DO ENSINO**

Os modelos educativos de cada época procuram responder às necessidades das pessoas e da sociedade. Tem-se proclamado sempre como resposta a um desejo de “dar uma educação integral”, com especial atenção aos componentes básicos de inteligência, afetividade, valores e comportamentos. As escolas têm dedicado todo seu esforço a fim de desenvolver esses componentes e oferecer à sociedade indivíduos com essas competências.

A sociedade contemporânea requer pessoas flexíveis, críticas, criativas e autônomas. Isso só será possível com o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, a qual decorre de uma nova perspectiva de educação e de formação de pessoas.

A Comissão da UNESCO, que orienta a educação do século XXI, propõe uma educação pautada em quatro pilares fundamentais:

**Aprender a conhecer**, que pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida.

**Aprender a fazer**, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional.

**Aprender a viver** com os outros consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando os valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz.

**Aprender a ser**, para melhor desenvolver sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

Esse sistema de crenças baseia-se no pressuposto de que todos os seres humanos são modificáveis em sua estrutura cognitiva para melhor se adaptarem às novas situações, desde que haja a mediação adequada capaz de contribuir para organizar e sistematizar essa mudança.

A concepção de inteligência ou de desenvolvimento da inteligência tem, na história da educação, basicamente três posturas frente ao desenvolvimento da inteligência do sujeito: a postura inatista, a ambientalista e a interacionista.

Nossa proposta fundamenta-se na concepção de inteligência materializando-se na postura “interacionista” onde a ênfase não está nem no sujeito nem no objeto, mas na interação entre eles. O sujeito aprende por meio de sua interação com o objeto de aprendizagem

Em relação à defesa do papel mediador da interação humana, entre sujeitos, observa um caminhar do social para o individual, do coletivo para o pessoal, valorizando as relações entre as pessoas, o que caracteriza e fundamenta a sua forma de perceber a mediação.

A aprendizagem baseia-se nas estruturas cognitivas já existentes nos sujeitos, que como participantes ativos do processo de ensino-aprendizagem, apropriam-se deste com a ajuda de um mediador.

Quanto melhor conhecermos o que é a cognição, o ato de conhecer, o elaborar e exprimir informação, tanto melhores soluções encontraremos para resolver os nossos problemas, visto ser impossível conceber um ser humano que viva sem se confrontar com os mesmos.



Estruturar os processos mentais, as atitudes e motivações dos educandos são estratégias de aprendizagem, prevendo uma atenção individualizada dentro de um contexto de interação e socialização. Função esta que o mediador irá desempenhar. Para se chegar a uma estruturação ou modificação das estruturas, há de se progredir no conhecimento da inteligência, de suas operações e funções cognitivas.

A mediação é o espaço criado entre o educando e o conteúdo de aprendizagem para regular e adquirir consciência do processo de interação que se realiza entre ambos. Esse processo objetiva tornar o indivíduo capaz de agir de forma autônoma em situações específicas, e isso o torna capaz de se adaptar a novas dimensões com as quais ele irá se defrontar.

## **11. PLANEJAMENTO**

Para planejar, considerando as reflexões anteriores neste documento, o profissional deve mudar sua postura enquanto “homem” e “professor”. Primeiramente é preciso mudar a si próprio para, então, pensar em mudar os outros. Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas, no intuito de possibilitar a produção e a internalização de conhecimentos por parte do educando. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação-reflexão-ação na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo. Portanto, não cabe mais uma mera lista de conteúdo. Deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que professor e aluno avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos. A escola deve elaborar, por disciplina, aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada série que serão o ponto de partida.

### **11.1 Objetivos do planejamento**

Conhecer o aluno, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento científico.

## **11.2 Atividades de planejamento**

- Estabelecer períodos para observar o “conhecimento prévio do aluno” (2 semanas, após o início do ano letivo) - Período de sondagem;
- Reunião por área: Aproximar as disciplinas curriculares, professores, equipe pedagógica, construindo propostas interdisciplinares em diferentes níveis;
- Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade;
- Reunião Geral, para planejar as questões pedagógicas e administrativas;
- Formação Continuada.

## **11.3 Atividades e trabalho pedagógico**

Para refletir sobre a função social da escola nos referendou o texto “Escola: Projeto coletivo em construção permanente” (Proposta Curricular, 1999). O grupo conclui que é necessário um repensar a organização político-pedagógica que permita:

1. Trabalhar valores culturais, morais e físicos;
2. Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados;
3. Compreender o aluno como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante.

A escola deve ser crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um Projeto Político Pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

“... a escola, por si só não forma cidadãos, mas pode preparar instrumentalizar e proporcionar condições para que seus alunos possam se firmar e construir a sua cidadania.” (Proposta Curricular,2008)

A comunidade escolar repensa constantemente o seu papel pedagógico e sua função social. Para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que temos e se a mesma oferece meios para que o aluno seja construtor do conhecimento, preparando-se para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Para que a escola cumpra a sua função social será necessário:

1. Integração e participação da família e da comunidade escolar;

2. Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
3. Cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
4. Criação e reorganização do espaço físico;
5. Cobrança de regras de convivência em grupo.

## **12 NORMAS DE CONVIVÊNCIA DA COMUNIDADE ESCOLAR**

As normas de convivência e o tratamento dispensado aos educandos, pais, professores e servidores são elaborados e colocados em prática, respeitando os princípios e fins da educação nacional, contidos na LDB (Lei nº 9394/96) artigos 2º e 3º, diferentes manifestações culturais e incentivando a expressão de ideias, a troca de experiências e de opiniões, a participação da comunidade escolar nas decisões da escola.

Segundo Brandão, a “educação é um processo de humanização que se dá ao longo de toda a vida, ocorrendo em casa, na rua, no trabalho, na igreja, na Escola e de muitos modos diferentes”. Se quisermos fazer da escola um espaço onde estes conhecimentos são aprimorados, temos que democratizar, isto é, participar da comunidade na qual estamos inseridos abrindo espaços para que esta participe efetivamente da Escola.

O primeiro sendo o relacionamento da Escola com a comunidade familiar, procurando conhecer quais são as experiências e expectativas trazidas desta comunidade. Isto ocorre através de reuniões e atendimento individual à família, tendo como objetivo estabelecer um sistema de acompanhamento dos pais às atividades desenvolvidas na Escola e de torná-los sujeitos do processo educativo, juntamente com os professores e educandos.

Também com isto é possível subsidiar a Escola de informações a respeito da realidade concreta dos educandos.

A regulamentação das normas de convivência será definida no Regimento Escolar da Escola.

## **13 AVALIAÇÃO**

A avaliação merece um destaque a parte, pois diz respeito a um processo mais amplo e abrangente que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos

envolvidos. Portanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo, uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Logo, quando se lança o olhar para avaliar alguém ou alguma ação no âmbito da instituição escolar, lança-se também o olhar sobre si próprio. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando.

Com a nova LDB 9394/96, que trouxe mudanças significativas para este novo olhar para a avaliação tanto no aspecto pedagógico como da legalidade, a escola tem proporcionado momentos de estudo e de discussão deste tema, que não se esgotou até o presente momento.

Dentre as dificuldades que se coloca sobre a avaliação, estão presentes ainda muitas questões do passado, como: provas, trabalhos, recuperação, apropriação dos conceitos mínimos, o empenho dos estudantes no processo, as condições objetivas da prática docente, em relação a correção, critérios, pareceres e a nota como preveem as Resoluções.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas, principalmente na relação professor com o aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste espaço. Portanto, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento.

## **14 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico inclui todas as teorias e práticas produzidas na escola, isto é, tudo que é construído, o que está implícito ou explícito na sala, no pátio, no corredor, no refeitório, na secretaria e em todo o espaço escolar; a forma como os conhecimentos são traduzidos, como e porque foram escolhidos, como são avaliados, quais entendimentos e criticidade são produzidos.

Assim estas práticas e outras mais, nos definem e definem nosso Projeto Político Pedagógico, revelam nossa caminhada, as dúvidas, os anseios, nossos avanços e retrocessos.

Nesse sentido, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomé de Souza direcionará sua prática diária tendo como base o que determina este Projeto Político Pedagógico, ficando assegurado, se houver necessidade, o direito de propor alterações a este documento, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Direção de acordo com a legislação aplicável.

O presente Projeto Político Pedagógico entrará em vigor após análise e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

BRASIL. MEC. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar**: Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

ZABALA, Antoni. **Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo**: uma proposta para o currículo escolar. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre. RS: ARTMED, 2002

LDB – Lei de Diretrizes e Bases Nacionais - 1996

BNCC – Base Nacional Curricular Comum/2017

RCG – Referencial Curricular Gaúcho/2018

DOTM – Documento Orientador do Território Municipal de São José do Herval/2019

